# AGROANALYSIS

PERIODICOS

## GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOLUME I Nº 20 9 DE DEZEMBRO DE 1977

0000000315
BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADM DE EMPRESAS
FGV ATT TANIA RODRIGUES MENDES
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP






## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
## INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

AGROANALYSIS é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR Paulo Rabello de Castro

QUADRO TÉCNICO Ailton Coentro Filho
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Roberto Moreno Moreira

José Marcos Lemos Fochi
Moema Unis Benevides
Regis Norberto da Cunha Alimandro

Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Inês Teresa Lyra
Itazil Fonseca Benício dos Santos
Ivan Wedekin

DOCUMENTAÇÃO Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v. I – , n. 1 – ; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola.
v. ilust. 30cm Quinzenal

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola.

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Esc. de Administração de
Empresas de São Paulo

# AGROANALYSIS

## GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 20 9 de dezembro de1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Comércio Internacional: impasse protecionista ? (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Algodão: perspectivas de redução do plantio para a próxima safra brasileira (pág. 13 )

Café: Preços em alta - Por quanto tempo ? (pág. 14 )

Feijão: barreiras infra-estruturais impedem a concretização dos estímulos de mercado (pág. 16 )

Suco Cítrico: 1978, mercado deverá continuar firme (pág. 17 )

NOTAS ESTATÍSTICAS

Comércio Exterior Brasileiro: a exploração de mercados alternativos aos países desenvolvidos ..... (pág. 19 )

| Agroanalysis | Rio de Janeiro | v.1 | n.20 | p.1-22 | dez.1977 |
|---|---|---|---|---|---|

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

## ANÁLISE DA QUINZENA

### Comércio Internacional: impasse protecionista ?

Passados quase quatro anos da crise desencadeada pelos países exportadores de petróleo, seus efeitos ainda se fazem sentir. A elevação dos preços do óleo afetava, já em 1974, a economia dos países industrializados. Logo após a eclosão da crise, estes países experimentaram uma recessão que acabou por afetar o comércio internacional. A magnitude desta recessão pode ser avaliada pela comparação entre as taxas de crescimento do PNB dos principais países industrializados no período 1963-73 e nos anos de 74 e 75 (ver tabela 20.A).

A desaceleração de 74 e, notadamente, de 75 não teve como causa apenas o episódio de outubro de 1973. Na verdade, a crise apenas estimulou medidas de política econômica restritiva que já procuravam reduzir os efeitos da expansão dos preços das "commodities" em 72-73, efeitos esses traduzidos por expressiva taxa de inflação mundial. Como era de se esperar, maiores níveis de inflação e desemprego têm gerado pressões internas nos países industrializados para a adoção de políticas protecionistas aos seus mercados, lembrando o clima prevalecente logo após a 2a. Guerra Mundial. Hoje em dia, a elevada capacidade ociosa resultante da recessão ainda não tem sido aproveitada integralmente por diversos países industrializados, cujas taxas de crescimento, em 1976, foram inferiores às de 63-73 (p.ex. Japão , Reino Unido e França).

Depois de uma crescente liberalização a partir de 1950, o comércio internacional corre o risco de um maior enclausuramento a nível mundial, com óbvios efeitos negativos sobre a alocação dos recursos e, consequentemente, sobre os custos de produ-

ção em cada país. Diante deste quadro, revestem-se da maior importância as negociações comerciais multilaterais que ora se processam sob os auspícios do GATT (Acôrdo Geral sobre Tarifas e Comércio) - o "Tokyo Round" - e que objetivam promover maior intercâmbio comercial via redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Contudo, a experiência de "rounds" anteriores não autoriza grande otimismo com relação aos resultados destas negociações.

TABELA 20.A

TAXAS DE CRESCIMENTO DO PNB DOS PRINCIPAIS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS: 1963-1976

| Países | Taxa Média 1963-73 | 1974 | 1975 | 1976 |
|---|---|---|---|---|
| EUA | 4,1 | -1,7 | -1,8 | 6,1 |
| Alemanha Ocidental | 4,7 | 0,4 | -3,4 | 5,6 |
| Japão | 10,3 | -1,2 | 2,1 | 6,3 |
| Reino Unido | 3,2 | -0,3 | -1,6 | 1,4 |
| França | 5,6 | 3,8 | -2,5 | 5,2 |
| Itália | 3,7 | 3,4 | -3,7 | 5,6 |

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA NOV.77 A PARTIR DE DADOS DA OECD, FMI E IBRE.

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Por enquanto, o desempenho do GATT pode ser considerado frustrante. Instituído em 1948 com o propósito de reduzir gradativamente as barreiras ao livre comércio, funcionaria como um amplo foro para as negociações multilaterais sobre Política Co

mercial. Infelizmente, os princípios que norteavam o documento de criação do organismo - Não-Discriminação entre os Membros, Restrição do Uso de Certos Instrumentos de Política Comercial (cotas p.ex. ) etc - têm sido frequentemente desrespeitados, seja pelas condições específicas aos primeiros anos do pós-guerra, seja por razões políticas. A formação da Comunidade Econômica Européia (CEE) é um exemplo típico do último caso. Este "Mercado Comum", de cunho nitidamente protecionista, só foi possível através de pressão norte-americana no GATT, pois os EUA viam esta integração regional como uma solução para deter o avanço comunista na Europa Ocidental. A partir da criação da CEE (e com esta, uma política tarifária comum para o resto do mundo), surgem dificuldades adicionais para as negociações multilaterais que envolvem este mercado comum, na medida em que qualquer redução tarifária a ser outorgada pela CEE exige, inicialmente, a concordância dos seus países membros. Em outras palavras, a liberalização do regime comercial dentro da CEE provocou, *ipso facto* ,um enrijecimento das relações comerciais deste bloco com os seus demais parceiros.

Dos seis "rounds" de negociações já ocorridos desde a fundação do GATT, apenas o "Kennedy Round" (1962-67 ) gerou resultados significativos , pois alcançou-se uma redução tarifária média de 30%. Estes resultados, entretanto, foram de certo modo, enganadores visto que as restrições não-tarifárias passaram a desempenhar importante papel no comércio internacional. Esta indesejável herança do "Kennedy Round" e as condições atualmente desfavoráveis a concessões tarifárias parecem constituir os principais obstáculos ao bom êxito das negociações de Tóquio.

Qualquer redução tarifária que porventura derive das atuais conversações, pode ser virtualmente destituída de significado se não for possível eliminar ou diminuir os efeitos anti-comércio originados pelas restrições não-tarifárias. Mas

esta última tarefa não é simples. O primeiro problema que surge é a dificuldade de determinação e quantificação das inúmeras barreiras não-tarifárias em vigor, que já chegam à casa das oito centenas. Adicionalmente, a fiscalização necessária para acompanhar a eliminação destas barreiras ou impedir a criação de outras semelhantes seria extremamente onerosa.

Para os países em desenvolvimento, as esperanças de substanciais concessões a partir do "Tokyo Round" , são, ainda, mais desalentadoras. Uma análise do comércio internacional de 1955 até 1975 parece indicar que, em geral, apenas os países em desenvolvimento são prejudicados pelo protecionismo. Este comportamento sugere a existência de um Clube de Comércio Preferencial entre os países desenvolvidos, no qual os membros fazem concessões tarifárias entre si mantendo, no entanto, suas tarifas para o resto do mundo (no caso, os subdesenvolvidos). As Tabelas 20.B, 20.C e o Gráfico 20.A esclarecem melhor este ponto.

Inicialmente, o comportamento das taxas de crescimento entre os diversos períodos considerados, tanto para os países em desenvolvimento como para os desenvolvidos, comprovam o argumento de que houve crescente liberalização do comércio internacional até 1975. Cumpre notar, contudo, que as taxas de crescimento para os países desenvolvidos são sempre superiores às dos países em desenvolvimento, notadamente entre 1955-56/1960-61, quando as exportações destes últimos permanecem estagnadas (1,3% a.a.) enquanto as exportações dos desenvolvidos cresciam a 5,1% a.a.. A simples comparação das taxas não é decisiva, já que o produto dos países desenvolvidos poderia estar se expandindo de modo a não variar, ou até reduzir, a participação das exportações no produto. Os dados da Tabela 20.C, entretanto, dos quais se pode calcular uma relação EXPORTAÇÕES/PRODUTO crescente, confirmam a suspeita de que os mercados de importação de produtos dos países industrializados parecem ser menos protegidos que aqueles dos bens exportados

TABELA 20.B

ÍNDICE DE VALOR REAL DAS EXPORTAÇÕES

BASE: 1970

| ANO | BRASIL 1/ (exc. Petróleo) | PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO 2/ (exc. Petróleo) | PAÍSES DESENVOLVIDOS 2/ |
|---|---|---|---|
| 1955 | 71 | 60 | 34 |
| 1956 | 68 | 60 | 37 |
| 1957 | 70 | 58 | 39 |
| 1958 | 79 | 55 | 37 |
| 1959 | 55 | 57 | 40 |
| 1960 | 57 | 64 | 44 |
| 1961 | 54 | 64 | 47 |
| 1962 | 69 | 64 | 49 |
| 1963 | 60 | 70 | 53 |
| 1964 | 58 | 77 | 62 |
| 1965 | 65 | 78 | 65 |
| 1966 | 73 | 81 | 70 |
| 1967 | 70 | 80 | 73 |
| 1968 | 80 | 86 | 81 |
| 1969 | 96 | 94 | 90 |
| 1970 | 100 | 100 | 100 |
| 1971 | 100 | 100 | 109 |
| 1972 | 107 | 114 | 129 |
| 1973 | 146 | 148 | 148 |
| 1974 | 183 | 164 | 166 |
| 1975 | 179 | 147 | 163 |

1/ Deflator: col. 117 da Conjuntura Econômica

2/ Deflator: IPA dos EUA - IFS/FMI

Fonte: COMMODITY TRADE ANDE PRICE TRENDS (1977 EDITION) - WORLD BANK

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

TABELA 20.C

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO ÍNDICE DE VALOR REAL DAS EXPORTAÇÕES (VRE) E DO PNB

Em %

| PERÍODOS | BRASIL | | PAÍSES EM 1/ DESENVOLVIMENTO | PAÍSES DESENVOLVIDOS | |
|---|---|---|---|---|---|
| | VRE | PNB | | VRE | PNB |
| 1955-56/1960-61 | - 4,4 | 7,6 | 1,3 | 5,1 | 3,8 |
| 1960-61/1967-68 | 4,4 | 4,5 | 3,8 | 7,8 | 6,3 |
| 1960-61/1970-71 | 6,1 | 6,2 | 4,6 | 8,7 | 5,8 |
| 1967-68/1972 | 8,2 | 14,2 | 7,3 | 12,1 | 4,5 |
| 1967-68/1974-75 | 13,4 | 10,8 | 9,4 | 11,4 | 3,7 |
| 1972/1974-75 | 23,4 | 5,0 | 13,2 | 10,2 | 2,1 |

1/ Por falta de dados, não foi possível levantar o PNB dos países em desenvolvimento

Fonte: TABELA 20.B E CONJUNTURA ECONÔMICA NOV. 77, COM BASE EM DADOS DA OCDE, FMI E IBRE

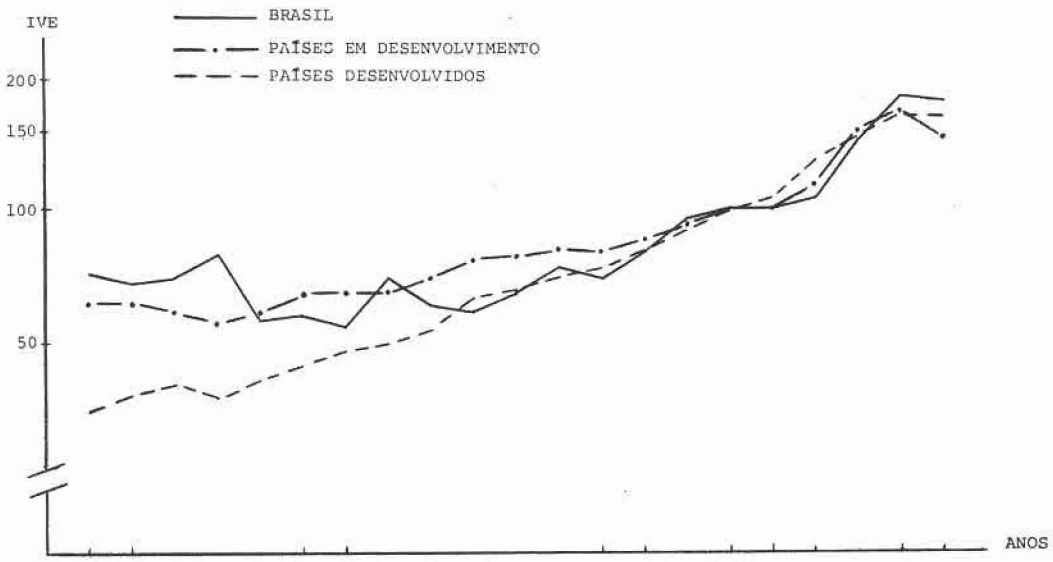
Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

GRÁFICO 20.A

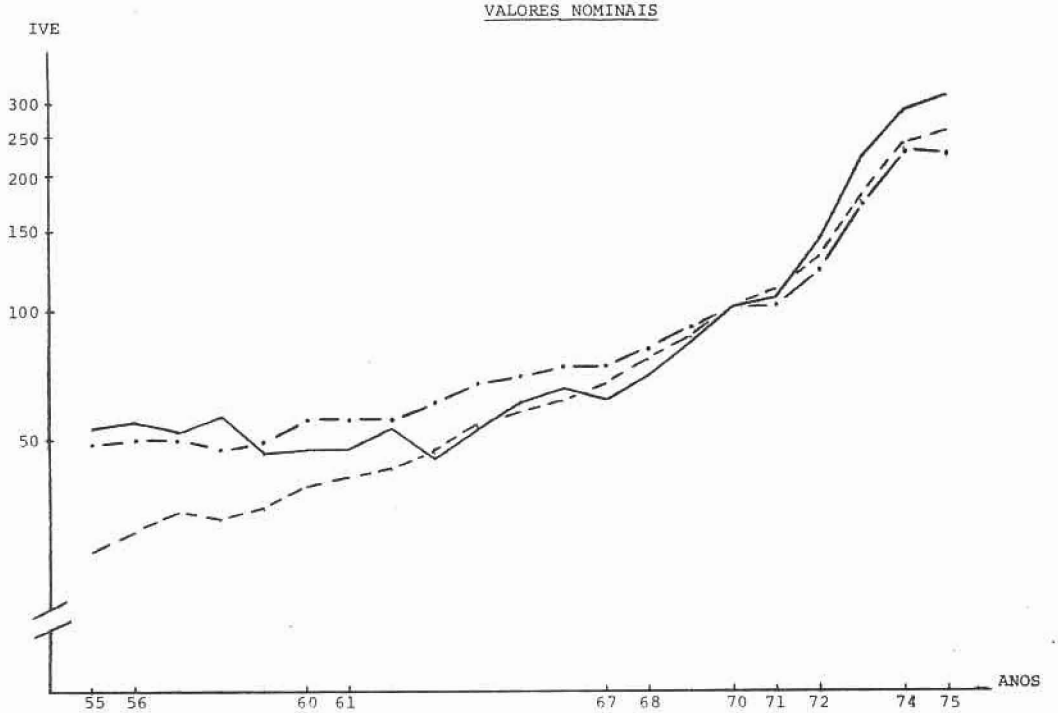
ÍNDICE DE VALOR DAS EXPORTAÇÕES (IVE) - BASE: 1970

1955 - 1975

VALORES REAIS




VALORES NOMINAIS




em escala semi-logarítmica

Fonte: TABELA 20.B

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

por países subdesenvolvidos. De resto, o Gráfico 20.A apresenta o crescimento dos índices de exportação e evidencia as taxas de crescimento mais elevadas para os países industriais, inclusive em 74 e 75, anos em que se fez sentir mais fortemente a recessão mundial. A menor taxa de crescimento no período 1972/1974-75 dos países desenvolvidos reflete o "boom" de"commodities"ocorrido em 1972/73 que beneficiou, primordialmente, os países em desenvolvimento, principais exportadores agrícolas. Ainda assim, a relação EXPORTAÇÕES / PRODUTO naqueles países permaneceu crescente.

Uma visão mais clara da posição privilegiada dos países desenvolvidos pode ser obtida mediante o exame da relação mencionada para o caso brasileiro. Observa-se que em todo o período até 1967/68 a participação das exportações brasileiras caiu em relação ao PNB passando a ser crescente daí em diante. Ademais, no caso do período 67-75, a reversão da tendência declinante é fruto circunstancial da bonança dos anos 72-73 - onde as "commodities" que experimentaram maior elevação de preços, tinham grande participação em nossa cesta de exportações - permitindo ganhos substancialmente superiores aos de outros países em desenvolvimento.

De resto, excetuando-se o período 55-56/60-61, quando foi negativa, a taxa de crescimento de nossas exportações manteve-se sempre superior às médias correspondentes dos países em desenvolvimento. Vale salientar, contudo, o período posterior a 67-68 onde conseguimos o maior crescimento, resultado de quatro fatores principais: o crescimento expressivo do PNB, a política de minidesvalorizações (a partir de 69), o elenco de incentivos financeiros e fiscais à disposição dos exportadores a partir de 68 e, já citado, os anos atípicos de 72-73. Em que medida os incentivos à exportação de manufaturados participaram desta expansão de nossas exportações ? Diante de tantos fatores envolvidos, é difícil separar a contribuição de cada um deles. Apesar da importância dos incentivos, os produtos agropecuários e de base agrí

cola continuaram dominando a pauta de exportações, durante todo o período.

As novas condições da economia mundial parecem indicar menor tolerância com os esquemas de incentivos às exportações, nos moldes seguidos pela política comercial no Brasil. Em particular, os créditos de IPI e ICM, importantes instrumentos de promoção das exportações brasileiras, não são consideradas "legais" pelo GATT, motivo pelo qual ficamos em posição moralmente indefensável diante das ameaças de sobretaxação de nossos produtos pelos países importadores. É curioso notar que, frente a condições desfavoráveis, os países industrializados fazem valer os princípios do GATT quando, preteritamente, se beneficiaram de políticas comerciais igualmente "ilegais".

Uma alternativa para promover as exportações sem ferir os princípios do GATT seria permitir o rebate dos encargos sociais pagos pelas empresas exportadoras.

A Tabela 20.D, não obstante, deixa patente o pequeno incentivo que este rebate significaria diante, por exemplo, dos créditos de IPI e ICM. Escolhendo-se os dez principais setores exportadores nos últimos três anos, calculamos a participação de salários no valor da produção e aplicamos o fator fixo de 30% para chegarmos aos encargos sociais. A participação dos encargos sociais no valor da produção alcançou a média de 3%, apesar da superestimação proposital do fator fixo escolhido considerando-se o Censo de 70. Os resultados seriam possivelmente expressivos se o rebate considerasse todos os encargos sociais devidos ao valor agregado total por ocasião da exportação. A ausência de dados nos impede, contudo, de avaliarmos a extensão deste incentivo. O próprio montante elevado de subsídios à exportação de manufaturados em 1974 (em ex., da ordem de 22%) evidencia a impossibilidade de o rebate dos encargos sociais, por si só, solucionar o problema do

crescente número de sobretaxas por parte de nossos principais parceiros comerciais de que temos sido vítimas nos últimos dois anos.

TABELA 20.D

PARTICIPAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS NO VALOR DA PRODUÇÃO

| Setores (I) | % Salário no Valor da Produção (II) | % Encargos Sociais no Valor das Produção 30% 1/ x (II) (III) |
|---|---|---|
| Café Solúvel | 5,2 | 1,6 |
| Refinação de Açúcar | 4,3 | 1,3 |
| Calçados | 16,7 | 5,0 |
| Conservas de Carnes | 3,9 | 1,2 |
| Máquinas de Escritório | 18,3 | 5,5 |
| Sucos de Frutas | 4,3 | 1,3 |
| Fiação e Tecelagem de Algodão | 14,4 | 4,3 |
| Fundidos de Ferro e Aço | 20,5 | 6,2 |
| Produção de Ferro-Ligas | 8,2 | 2,5 |
| Óleos Vegetais | 2,7 | 0,8 |

1/ Com base nos dados do Censo Industrial de 70, usou-se esse fator, superestimado propositalmente.

Fonte: CACEX e CENSO INDUSTRIAL DE 70

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

A política cambial dos governos brasileiros a partir de 1969 tem se preocupado em manter a taxa real de câmbio relativamente constante para impedir que as exportações sejam negativamente afetadas por oscilações bruscas da taxa. Dentro desta ó

tica, não se pode considerar a política cambial ora em vigor como promotora de exportações, na medida em que ela apenas se opõe a uma valorização cambial significativa, capaz de reduzir a entrada de divisas. Diversos analistas vêm levantando a possibilidade de reduzir ou eliminar os créditos de IPI e ICM - principais alegações para a imposição de direitos compensatórios às nossas exportações pelos países desenvolvidos - contrapesando-os com uma política de desvalorizações que mantenha a atual competitividade de nossos produtos no exterior.

Esta medida não seria, obviamente, isenta de desvantagens. Por um lado, a desvalorização cambial como instrumento para ajustar desequilíbrio no balanço de pagamentos (nosso caso) é plenamente aceita nos foros internacionais, não constituindo motivo para retaliações. Substituiria, também, os atuais entraves à importação sem, necessariamente, prejudicar os setores ora beneficiados, que poderiam receber auxílio do governo para superar o maior custo das importações.

A desvalorização cambial, porém, tem cunho nitidamente inflacionário. O perigo de exacerbação do processo inflacionário resultante é bem tangível se considerarmos que o elenco de medidas usado pelo governo contra a inflação, não tem sido suficiente para "ganhar a guerra". Adicionalmente, não é possível negligenciar o prejuízo que a desvalorização traria para as empresas em débito com o exterior. Também neste caso o governo poderia intervir, concebendo alguma compensação aos mutuários. Na dúvida, as autoridades têm preferido manter os atuais mecanismos.

As considerações feitas até aqui, tecem um quadro de perspectivas no mínimo nebulosas quanto à participação futura dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Se o comportamento pretérito dos países desenvolvidos for mantido (Clube de Comércio Preferencial), nenhuma mudança significativa deverá

resultar do "Tokyo Round". Além disso, a lenta recuperação econômica mundial e as pressões internas nos países industriais contribuem para transformar a atual conjuntura internacional no *habitat* ideal que estimula o recrudescimento de medidas protecionistas.

Parece imprescindível procurarmos expandir nossa participação em mercados alternativos aos países industrializados, diminuindo a dependência às políticas internas destes países. Neste particular, a elevação do intercâmbio comercial com os demais membros da ALALC é uma das opções mais naturais pela proximidade e pelo tamanho dos nossos parceiros potenciais neste mercado. Uma aproximação mais efetiva com os países do Oriente Médio também seria vantajosa. Esta região , em geral, constitui um mercado promissor na medida em que sua produção interna não é muito diversificada. Considere-se, porém, que estes países se encontram mais próximos a outros centros de abastecimento, o que exigiria grande esforço para elevar a participação de produtos brasileiros nestes mercados.

Depois do exemplo da CEE, diversos mercados comuns (MCCA, MCCO, MCA etc) vêm surgindo, estabelecendo ilhas de comércio nas quais a penetração de produtos de países não-membros tende a se tornar mais difícil. A disseminação da integração regional enfatiza a importância dos acordos bilaterais como instrumento de política comercial.

O sucesso das atuais negociações multilaterais sobre comércio certamente desempenhará papel fundamental para agravar ou reduzir a onda protecionista que varre o mundo desenvolvido, motivo pelo qual os países em desenvolvimento e, em particular, o Brasil, deveriam usar todos os recursos diplomáticos possíveis para alcançarem sucesso numa maior abertura dos mercados desenvolvidos para os produtos dos países em desenvolvimento.

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(20): 2-12 , dez. 1977

## COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** ALGODÃO

Os baixos preços cotados no mercado internacional e a recente notícia de que as usinas beneficiadoras (multinacionais) irão retirar-se do mercado no próximo ano deverão traduzir-se em sérias dificuldades para a comercialização do algodão brasileiro.

Visando remover os problemas do escoamento externo do produto, o governo subsidiou a sua exportação, até 31 de dezembro deste ano, em 20%. Entretanto, a gravosidade do pluma se encontra por volta de 36% e 27% para os tipos 4 e 6, respectivamente.A solicitação de um aumento adicional de 11% no subsídio parece difícil de ser atendida mas, em contrapartida,o governo dilatou o prazo de concessão até 28 de fevereiro de 78. Esta medida só teria um efetivo caráter de subsídio se,até esta data,o preço do algodão tipo 6 no mercado externo se situasse em torno de 64,00 ¢/lb (CIF/LIVERPOOL) - hoje, por volta de 53,00 ¢/lb - permitindo que o diferencial entre os preços praticados nos mercados interno e internacional fosse de 20%.

Pode-se esperar uma reação positiva nos preços internacionais da fibrosa por dois motivos: a recente compra de 30.400 fardos de algodão norte-americano pela China e o aumento da competitividade do algodão em relação às fibras manufaturadas. Não obstante, a última estimativa oficial da safra norte-americana, 13,8 milhões de fardos - superior em 1,8% ao esperado (13,5 milhões) - por certo constituir-se-á em obstáculo à ascenção dos preços internacionais.

O fato de não estar havendo algodão disponível

no mercado interno é um outro motivo a elevar ainda mais o diferencial entre os preços interno e externo. O algodão tipo 5, por exemplo, desde o dia 29 de novembro tem subido sistematicamente cerca de Cr$ 2,00 por dia. A justificativa para esta elevação está na possibilidade do produtor conseguir melhores preços de venda internamente.

No plano doméstico, a notícia da saída das beneficiadoras de algodão em caroço provavelmente tornará máximo o preço mínimo. Sem outra alternativa, o produtor irá vender ao governo ao preço mínimo e este, por sua vez, deverá vender às multinacionais a preços abaixo dos praticados no mercado. Além disso, para que o cotonicultor consiga colocar seu produto em EGF a 100% do preço mínimo, essas empresas teriam que adquirir 70% da safra e beneficiar pelo menos 30%. Até agora os maquinistas só adquiriram 30 mil t das 400 mil t postas à venda pelos agricultores.

Em vista das dificuldades de comercialização (interna e externa), é bem provável que a área plantada com algodão para a próxima temporada (78/79), reduza-se em favor das culturas de soja e de milho, cujos preços relativos (algodão/soja ou milho) têm declinado nos últimos tempos. Assim sendo, nem as melhores facilidades de financiamento com que conta o algodão em relação às outras culturas, incentivarão o aumento de sua área plantada.

*** CAFÉ

No fim da primeira semana de dezembro o Brasil oficializou sua renúncia à política de valorização dos preços do café através da redução do preço mínimo de registro de exportação - 3,20 para 2,10 dólares por libra-peso. No entanto, esta posição

já se efetivara em meados de outubro quando se reiniciavam as exportações através dos chamados contratos especiais.

Há 2 meses, as cotações internacionais vinham se elevando em consequência do aumento do consumo do produto resultante da entrada do inverno no hemisfério norte. Ao se reduzir o preço de registro, as cotações do café aceleraram seu ritmo de crescimento.

É, no entanto, apenas aparente a contradição entre as novas medidas do IBC e a recente aceleração da elevação dos preços. Poder-se-ia pensar que nosso retorno ao mercado, que constitui uma elevação da oferta internacional, teria efeitos depressivos sobre preços. Não se pode esquecer, no entanto, que a retração da demanda visava somente prevenir um possível cartel de produtores. Contudo, com a redução do preço mínimo de registro de exportação, novamente os países consumidores retomaram suas compras normais, o que explica a recente aceleração da elevação de preços.

Quando da revisão do preço de registro, a cotação internacional do produto já atingia níveis em torno de 2,16 dólares por libra-peso. O estabelecimento do preço mínimo para exportação a US$ 2,10 constituiu um aumento do preço do café brasileiro, se comparado aos níveis a que se realizavam os contratos especiais. Mas, dados os preços vigentes no mercado, o novo nível estabelecido no Brasil não se constituiu em pressão altista sobre o mercado internacional.

Para o próximo ano, deve-se esperar que, durante os primeiros meses, os preços internacionais se mantenham relativamente estáveis, a níveis pouco superiores às atuais cotações. Em consonância com a tendência refletida pelos preços do mercado futuro, as cotações internacionais deverão gradativamente reduzir-se, como resultado da safra brasileira de 78, que deverá reconduzir a

oferta internacional a níveis pouco inferiores àqueles vigentes antes da geada de 75.

*** FEIJÃO

Embora não se descortinem perspectivas imediatas de escassez do produto, cujo abastecimento está garantido em duas frentes (entrada da safra e importações - mais 12.500 t de feijão preto negociadas em novembro e ainda por chegar), outros problemas que hoje cercam a cultura e a própria safra das águas de 77/78 nos chamam a atenção para seus desdobramentos a médio e longo prazos.

O possível estímulo dos elevados preços de mercado praticados em 76/77 teve seus reflexos sobre a intenção de plantio da corrente safra - a safra das águas do Paraná, por exemplo, sofreu uma expansão de área de 662.640 ha em 76/77 para 718.000 ha em 77/78, significando um aumento de 8,4%. No entanto, tais estímulos são obstados pela contínua queda de produtividade, decorrente da própria fragilidade da cultura às variações climáticas, pragas e doenças. Haja vista a atual safra paranaense que se vê ameaçada de quebra pelas recentes chuvas que incidem no norte do Estado, na fase da colheita, revertendo-se numa expectativa de produção inferior às 509.615 t obtidas na safra 76/77.

A área atingida é a de maior concentração de feijão de cores e de produção mais empresarial, voltada prioritariamente para a comercialização em outros Estados. Até o presente momento, nas regiões sul e sudeste do Paraná onde se concentra o feijão preto, a cultura está em boas condições, apesar de ainda sujeita a prejuízos, caso persistam as instabilidades climáticas até sua fase de colheita.

Por outro lado, a estrutura atomizada da cul-

tura, e sua organização em bases não empresariais, tem como sub-produto um sistema caótico de comercialização. Os produtores, desinformados, vendem o produto no início da colheita a preços aviltados e, por vezes, inferiores aos preços mínimos garantidos pelo governo, fazendo com que os mesmos absorvam um desestímulo que pode refletir-se em safras posteriores. Ao mesmo tempo, as garantias oficiais (EGF, AGF etc) forjadas para estruturas agrícolas de produção empresarial, não conseguem oferecer uma alternativa ao nível da cultura em questão.

As perspectivas para o próximo ano obedecem às características apontadas, onde estimativas otimistas começam a ser corrigidas, variações climáticas ameaçam reduzir a produção e o feijão colhido no início da safra não consegue ser protegido pelo crédito oficial.

*** SUCO CÍTRICO

A queda da temperatura verificada nos EUA, nesses dias que precedem a entrada do inverno, tem acarretado forte apreensão aos citricultores da Flórida. A repetição de geada naquela região causaria graves perturbações ao mercado interno de suco concentrado daquele país e os preços, já considerados bastante elevados, subiriam ainda mais. O parque industrial da Flórida, geralmente cativo da produção local tem, na atualidade, problemas de suprimento de matéria-prima. A laranja e o suco vêm sendo adquiridos internamente, no Texas e na Califórnia; no exterior, os produtos são adquiridos principalmente no Brasil. Assim, provavelmente as indústrias sofreriam paralisações extemporâneas.

O estoque de suco concentrado congelado na Flórida, em 01.12.77, era de cerca de 25 milhões de galões, o nível mais baixo desde a safra 71/72, correspondendo a 60% da reserva do ano passado.

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(20): 13-18, dez. 1977

Depreende-se, assim, que os reflexos negativos da geada de janeiro de 1977 ainda persistem. As estimativas preliminares para a safra 77/78, divulgadas pelo USDA, apontam uma queda de safra da ordem de 9%. No entanto, a produção de suco será compensada pelo retorno do rendimento industrial ao nível regular de 1,28 galão/caixa, 19% acima do rendimento da safra 76/77. Portanto, de acordo com essas previsões, a produção de suco concentrado será da ordem de 180 milhões de galões, aproximadamente 10% acima da produção da safra ora encerrada. Caso não se configure nenhuma adversidade climática, a nova safra deverá restaurar parcialmente os níveis demasiadamente baixos dos estoques.

No Brasil, esses fatores repercutirão de forma positiva, pelo prolongamento da favorabilidade do mercado no decorrer da safra 77/78 - estimada em 130 milhões de caixas de laranjas, cerca de 45% superior à safra anterior. A indústria deverá processar 60% desse volume, produzindo aproximadamente 270 mil t de suco a 65° Brix.

A CACEX, que controla a comercialização externa do suco industrializado, deverá se reunir, em janeiro próximo, com os citricultores e industriais, para o estabelecimento das condições de preços e quotas que prevalecerão na safra 77/78. O preço-base do suco concentrado brasileiro - para fechamento de contrato com o exterior, estabelecido no mês de junho em US$ 900,00/t - também deverá ser alterado para cima, tendo em vista as cotações atuais no mercado internacional, da ordem de US$ 1,38/libra-peso.

Assim, para o exercício de 1978, é possível se prognosticar uma receita em torno de 250 milhões de dólares, proveniente das exportações de suco concentrado de laranja.

## NOTAS ESTATÍSTICAS

As dificuldades que a colocação de produtos brasileiros no exterior poderá enfrentar, principalmente nos mercados desenvolvidos, põem em evidência a discussão sobre as possibilidades de expansão de nossas exportações através da conquista de mercados alternativos.

A Tabela 20.E e o Gráfico 20.B apresentam as exportações brasileiras para alguns de nossos principais parceiros comerciais, que têm representado mais de 80% do total exportado pelo país desde 1965. O exame dos dados permite as seguintes conclusões:

- as exportações brasileiras para os EUA, cuja participação na exportação total experimentou estagnação entre 65 e 68, apresentam uma tendência declinante, corroborada pela taxa de crescimento negativa da participação destas exportações sobre as exportações totais no período 1967-68/1975-76 (-8,2% a.a.).
- o comportamento da participação da CEE é semelhante. Depois de um ligeiro crescimento entre 1965-66/1972-73 (1,7% a.a.) a taxa de crescimento da participação passa a -6,7% a.a. entre 1972-73/1975-76.
- o Japão é o único dos parceiros comerciais analisados cuja participação nas exportações se eleva durante quase todo o período, apresentando uma taxa de crescimento da ordem de 12,3% a.a. entre 1965-66 e 1975-76.
- as oscilações que a participação da ALALC sofre, sugerem que este mercado tem sido uma alternativa às reduções de exportações para os mercados desenvolvidos.
- o período 73-76, quando os países desenvolvidos experi

mentaram forte retração de demanda, como consequência da crise do petróleo, parece confirmar que, apenas nestas situações, as exportações brasileiras procuram novas alternativas. As participações da África e do Oriente Médio em nossas exportações, que permaneceram praticamente estagnadas durante o intervalo entre 1965 e 1972, alcançaram expressivo crescimento no período 71-72/75-76, a taxas de 17,5% e 31,6% a.a., respectivamente.

- finalmente, as exportações brasileiras para a Europa Oriental, experimentaram forte impulso nos dois últimos anos, com a participação deste mercado crescendo a 29,6% a.a. entre 73-74 e 75-76.

Certamente não é simples penetrar em mercados política e economicamente ligados a algumas regiões (Convenção de Lomé entre CEE e África, p. ex.), mas as exportações brasileiras têm conseguido, em alguns períodos, sucesso nesta tarefa. A importância da CEE, Japão e Estados Unidos como mercados importadores é inegável; urge, contudo, que ampliemos nossos esforços para diversificar o destino de nossas exportações, aproveitando melhor as oportunidades que regiões como à África, o Oriente Médio e a Europa Oriental representam para a manutenção de nosso modelo exportador, quando se observa uma tendência protecionista nos países industriais.

TABELA 20.E

VALOR REAL 1/ DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA OS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS

1965 - 1976

US$ 1.000 FOB

| ANOS | ALALC | | EUA 2/ | | EUROPA ORIENTAL | | CEE 3/ | | JAPÃO | | ORIENTE MÉDIO | | ÁFRICA 4/ | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXP. | % nas Exp. Totais | EXP. | % nas Exp. Totais | EXP. | % nas Exp. Totais | EXP. | % nas Exp. Totais | EXP. | % nas Exp. Totais | EXP. | % nas Exp. Totais | EXP. | % nas Exp. Totais |
| 1965 | 221.319 | 12,6 | 570.697 | 32,6 | 97.989 | 5,6 | 564.048 | 32,2 | 32.843 | 1,9 | 14.110 | 0,8 | 24.580 | 1,4 |
| 1966 | 214.875 | 10,8 | 665.591 | 33,4 | 119.254 | 6,0 | 622.933 | 31,3 | 46.986 | 2,4 | 28.060 | 1,4 | 28.099 | 1,4 |
| 1967 | 184.977 | 9,8 | 628.185 | 33,1 | 111.157 | 5,9 | 634.551 | 33,5 | 64.277 | 3,4 | 17.160 | 0,9 | 31.955 | 1,7 |
| 1968 | 224.440 | 10,3 | 728.896 | 33,3 | 141.147 | 6,5 | 685.782 | 31,4 | 68.144 | 3,1 | 23.513 | 1,1 | 44.058 | 2,0 |
| 1969 | 287.152 | 11,0 | 688.991 | 26,4 | 145.774 | 5,6 | 932.075 | 35,7 | 118.968 | 4,6 | 24.744 | 1,0 | 27.314 | 1,1 |
| 1970 | 302.946 | 11,1 | 676.058 | 24,7 | 123.493 | 4,5 | 956.576 | 35,0 | 144.940 | 5,3 | 17.610 | 0,6 | 58.785 | 2,2 |
| 1971 | 334.634 | 12,2 | 716.949 | 26,2 | 121.628 | 4,4 | 908.230 | 33,2 | 149.422 | 5,4 | 33.283 | 1,2 | 65.059 | 2,4 |
| 1972 | 302.106 | 10,2 | 689.802 | 23,3 | 158.644 | 5,4 | 1.015.541 | 34,4 | 133.338 | 4,5 | 38.277 | 1,3 | 59.835 | 2,0 |
| 1973 | 359.674 | 9,0 | 724.121 | 18,1 | 218.945 | 5,5 | 1.481.655 | 37,1 | 274.337 | 6,9 | 112.108 | 2,8 | 120.000 | 3,0 |
| 1974 | 580.783 | 11,5 | 1.099.436 | 21,9 | 250.580 | 5,0 | 1.540.348 | 30,6 | 352.353 | 7,0 | 209.607 | 4,2 | 263.392 | 5,2 |
| 1975 | 688.189 | 13,2 | 768.579 | 15,4 | 438.068 | 8,8 | 1.386.177 | 27,8 | 386.176 | 7,7 | 256.192 | 5,1 | 229.562 | 4,6 |
| 1976 | ... | 11,9 | ... | 18,2 | ... | 9,0 | ... | 30,4 | ... | 6,3 | ... | 2,7 | ... | 3,8 |

... Dados não disponíveis

1/ Deflator base 1970: col.117 da Conjuntura Econômica

2/ Inclui Porto Rico

3/ A partir de 1973 a Dinamarca, Irlanda e Reino Unido ingressam na CEE

4/ Exclui Oriente Médio

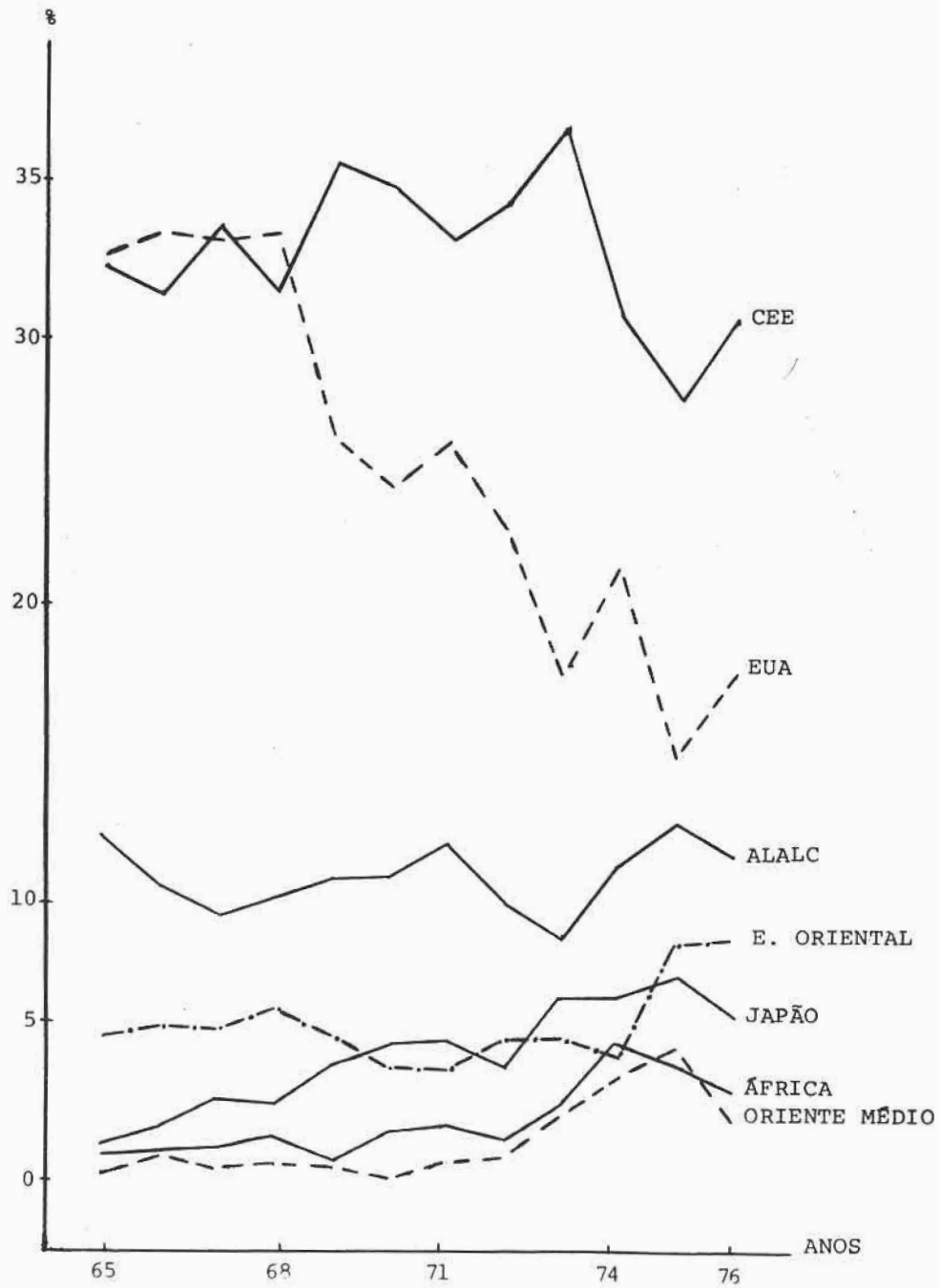
Fonte: INTERCÂMBIO COMERCIAL 1953-1976, VOL 1 - BALANÇO COMERCIAL, CACEX-AGOSTO 77

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

GRÁFICO 20.B

EVOLUÇÃO DO % DAS EXPORTAÇÕES PARA OS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS SOBRE O TOTAL EXPORTADO

1965-1976




Fonte: TABELA 20.E

Elaboração: GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

## FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

*Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.*

*Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal: 9.052 = ZC-02*
*Tel: 266-1512*
*CEP: 20.000 - Rio de Janeiro - RJ*

### CONSELHO DIRETOR

*Presidente: Luiz Simões Lopes*
*Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres*
*Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.*

### CONSELHO CURADOR

*Presidente: Maurício Nabuco*
*Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante*
*Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo - representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.*

*Presidente: Luiz Simões Lopes*
*Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa*

## INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

### COMISSÃO DIRETORA

*Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões*
*Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.*
*Assessor de Direção: Jorge Kingston*

### DEPARTAMENTO DE ENSINO

*Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni*

### DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

*Diretor: Julian Magalhães Chacel*

*Divisão de Contabilidade Social*

*Diretor: Angelo Jorge de Souza*

*Centro de Contas Nacionais — Ralph Miguel Zerkowski*
*Centro de Estudos Fiscais — Margaret Hanson Costa*
*Centro de Estudos Industriais — Eden Gonçalves de Oliveira*

*Divisão de Estatísticas e Econometria*

*Diretor: Janes Angelo de Souza*

*Centro de Estudos Agrícolas — Silvio Wanick Ribeiro*
*Centro de Estatística Econômica — Roberto Maia de C. Abib*
*Centro de Processamento de Dados — Eugenio Decourt*